



ASSASSINATO DE RECLUSOS EM MAPUTO:

EXIGIMOS UMA COMISSÃO INDEPENDENTE PARA INVESTIGAR O MASSACRE E RESPONSABILIZAR OS CULPADOS

A evasão massiva de 1.534 reclusos registada na tarde do dia 25 de Dezembro em dois estabelecimentos penitenciários localizados na cidade da Matola, província de Maputo, resultou num massacre condenável e inaceitável num Estado de Direito Democrático. Dados do Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP) apontam para 37 pessoas assassinadas, mas o número real das vítimas pode ser maior, dada a magnitude das execuções sumárias perpetradas pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS).

As autoridades dizem que o assassinato de dezenas de reclusos ocorreu durante a confrontação entre os evadidos e os guardas do Estabelecimento Penitenciário de Maputo e do Estabelecimento Penitenciário de Máxima Segurança, mais conhecida por B.O. E acrescentam que outras mortes ocorreram durante a perseguição de reclusos liderada pelas FDS.

“Temos que compreender que o processo de perseguição de reclusos não é pacífico. Temos raptos, terroristas. Portanto, estão envolvidas várias forças de defesa e segurança neste processo de perseguição. Alguns estão lá na cadeia, mas deixaram armas em casa. E neste processo de perseguição não é chegar e dizer vamos. Há, em algum momento, alguma confrontação”, disse Ramos Zambuca, director de operações penitenciárias do SERNAP, citado pelo jornal O País.

Trata-se de uma justificação irresponsável, porquanto vários vídeos que circulam nas

redes sociais mostram reclusos mortos a tiro depois de terem sido recapturados e submetidos a tratamentos cruéis e desumanos. Os vídeos foram feitos pelos próprios agentes das FDS e alguns aparecem a conversar com reclusos recapturados em vários locais. Já no interior da cadeia, as FDS voltaram a filmar dezenas de reclusos assassinados, incluindo aqueles com quem estavam a interagir depois da sua recaptura.

Além de desmentir as afirmações das autoridades segundo as quais os reclusos foram mortos durante as confrontações com os guardas prisionais e com as FDS, os vídeos revelam, de forma inequívoca, que as execuções tiveram lugar nos estabelecimentos penitenciários e foram premeditadas e executadas com requintes de crueldade. Agentes das FDS aparecem em vídeos a identificar alguns reclusos mortos e a pisotear corpos das vítimas, um comportamento que denota um desprezo inqualificável pela dignidade humana.

Outrossim, o Estado moçambicano, ao assumir a custódia de qualquer indivíduo por meio de detenção ou condenação, torna-se automaticamente responsável pela sua segurança, integridade física e moral. Não sendo, portanto admissível que as FDS pratiquem actos de sujeições dos reclusos a tratamentos que comprometam sua dignidade humana.

Diante destes factos, as organizações subscritoras condenam, nos termos mais vee-

mentes, os assassinatos bárbaros de reclusos e lembram que em Moçambique não há pena de morte. Aliás, nos termos do n.º 1 do artigo 40 da Constituição da República, “todo o cidadão tem direito à vida e à integridade física e moral e não pode ser sujeito à tortura ou a tratamentos cruéis ou desumanos”. O silêncio cúmplice do Ministério Público (enquanto garante da legalidade e titular da acção penal) perante crimes hediondos, é inaceitável a todos os títulos.

As organizações exigem uma investigação conduzida por uma comissão independente para apurar as causas da evasão dos reclusos, dadas as divergências insanáveis que resultam das explicações dadas pela Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (que tutela os serviços prisionais), Helena Kida, e pelo Comandante-Geral da PRM, Bernardino Rafael, bem como dos relatos de alguns reclusos entrevistados pela TV Sucesso. E mais importante ainda, a investigação deve apurar as circunstâncias em que os reclusos foram executados com vista à responsabilização dos autores morais e materiais desta carnificina.

Por fim, as organizações subscritoras defendem que, pela gravidade dos factos, a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, o Ministro do Interior, o Comandante-Geral da PRM e o Director do SERNAP, devem assumir as consequências políticas, colocando os seus lugares à disposição. É o mínimo que podem fazer para honrar o facto de Moçambique ser signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. À comunidade internacional e às organizações internacionais de direitos humanos apelamos que não fiquem em silêncio perante um massacre desta magnitude.

Maputo, 28 de Dezembro de 2024

